

## “A GENTE FICAVA ERA CALADO MESMO, DIZER O QUÊ?”: A PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS NO SISTEMA COOPERATIVISTA (1970-1979).

Ana Érika Leite de Luna<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo apresenta uma análise das relações cooperativistas dos produtores de algodão no Município de Aurora- CE. Em 1969, o grupo político que comandava a região deu origem à Cooperativa Agrícola Mista de Aurora Ltda (CAMAL). O seu crescimento se deu nos anos de 1970 quando os produtores foram levados a se associarem para terem acesso ao crédito rural. Os depoimentos dos produtores permitiu a concretização dessa pesquisa, além do entrecruzamento com as fontes institucionais, que permitiram a percepção da experiência cooperativista entre os homens do campo e dos associados.

**Palavras-chave:** História de Aurora, História do cooperativismo, Memória de produtores de algodão

### Abstract

This paper presents an analysis of the cooperative relations of cotton producers in the Municipality of Aurora-CE. In 1969, the political group that commanded the region gave rise to the Mixed Agricultural Cooperative of Aurora Ltda (CAMAL). Its growth took place in the 1970s when producers were forced to join in order to access rural credit. The testimonies of the producers allowed the realization of this research, as well as the intersection with the institutional sources, which allowed the perception of the cooperative experience among the men of the field and their associates.

Keyword: History of Aurora, History of Cooperativism, Memory of Cotton Growers

Recebido em 08/06/2019

Aprovado em 23/07/2019

### INTRODUÇÃO

Nos primeiros anos da Ditadura Militar a modernização rural surgiu como a forma de solucionar os problemas agrários. No Estatuto da Terra de 1964 foram definidas as diretrizes da política de desenvolvimento rural objetivando o aumento das exportações de produtos agropecuários. Tais diretrizes tinha entre suas propostas o estímulo à formação, organização e manutenção de cooperativas<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Mestre em História pela UECE. Professora efetiva da secretaria de educação do Estado do Ceará.

<sup>2</sup> O Estatuto da Terra – Lei n.º 4.504 de 30 de novembro de 1964, Art. 47. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm). Acesso em: 26 fev. 2019.

O cooperativismo foi utilizado pelo Estado como forma de aumentar a produtividade no campo, sobretudo na região Nordeste<sup>3</sup>. Nos anos de 1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi encarregado de promover o desenvolvimento rural por meio da coordenação das atividades cooperativistas, através da elaboração de projetos de assistência técnica e treinamentos da mão de obra rural voltados para o associativismo. O objetivo era combater a produção individual, promovendo o que consideravam “Empresa Agrícola” e modernização tecnológica<sup>4</sup>.

Em finais dos anos de 1960 o Nordeste sofreu uma crise no setor usineiro de algodão. A taxa média de lucro esperada para o capital investido nas usinas no Nordeste foi inferior ao que poderia ser obtido no Sudeste do País, ocasionando a retirada de grupos multinacionais (Sanbra, Anderson-Clayton e Machine Cotton). Em uma tentativa de evitar uma crise regional o Estado assumiu o controle da situação e interveio diretamente, com o apoio dos bancos, viabilizando o remanejamento capitalista através da formação de cooperativas agrícolas<sup>5</sup>.

Muitas usinas do Nordeste passaram para o controle de cooperativas, beneficiadas pelos créditos subsidiados. Essa ação revigorou a estrutura tradicional da sociedade do sertão, reproduzindo as trocas de favores políticos e econômicos típicos do coronelismo<sup>6</sup>.

Os mesmos grupos econômicos que detinham o poder das usinas mantiveram-se no controle das cooperativas. Apesar de ser um projeto de iniciativa de grandes proprietários, industriais e do Estado, foi necessária a participação de pequenos e médios produtores de algodão para que fosse possível uma produção maior e capaz de negociar a venda e os investimentos estatais. Nessas condições, esses últimos foram convencidos a se inserirem no sistema cooperativista e nas regras que o regiam.

### **A INGERÊNCIA DO ESTADO NA FORMAÇÃO E NA ADESÃO AO SISTEMA DE COOPERATIVAS**

A partir do início da década de 1970, o cooperativismo se tornou um instrumento para a modernização e expansão capitalista no campo. Durante essa década se deu a proliferação das cooperativas agrícolas no Nordeste<sup>7</sup>. Mesmo com esse crescimento o Estado continuou

3 BURSZTY, M., O poder dos donos: Planejamento e clientelismo no Nordeste, 3ª ed., Rio de Janeiro: Garamond, 2008, p. 76.

4 **DECRETO Nº 68.153**, de 1 de fevereiro de 1971, Art. 37. O Departamento de Desenvolvimento Rural, órgão central de 1º grau divisional, tem a seu cargo a normatização, coordenação, supervisão e controle da execução das atividades gerais previstas no inciso IV do art. 3º deste regulamento, através das divisões cujas funções são definidas nos incisos seguintes: Inciso f. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/D6815](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D6815). Acesso em: 26 fev. 2019.

5 BURSZTY, M., Op.cit. p.96.

6 *Ib.*Id. p. 97-98.

7 Cenários e Tendências do Cooperativismo Brasileiro - Emanuel Sampaio – Inessa Laura Salomão – Jimmy Peixe Mc Intyre – João Guerreiro – Maria Luiza Lins e Silva Pires – Paulo Peixoto Albuquerque – Sandra Suely Soares – Sikney da Conceição Vaz. Recife: Bagaço, 2004. Livro resultado de um trabalho conjunto, realizado por pesquisadores de quatro universidades brasileiras.

impulsionando o surgimento de novas cooperativas e promovendo congressos em que se discutiam o desenvolvimento do sistema cooperativista brasileiro, através de estudos referentes a assuntos como a educação, legislação e tributação.

Entre os dias 13 e 17 de setembro de 1977 ocorreu em Fortaleza o VIII Congresso Brasileiro de Cooperativismo, e o jornal Tribuna do Ceará anunciou em uma matéria do redator Dom Camilo as contradições do cooperativismo de acordo com o que foi ponderado pelo Ministro da Agricultura:

O Ministro Alysson Paulinelli, em sua oração, reafirmou seu conhecido entusiasmo pelo cooperativismo, que já representa uma força ponderável na economia brasileira, especialmente no setor primário. Presta inestimáveis serviços aos produtores e consumidores, movimentando considerável volume de riquezas. Em abono de sua assertiva, declarou que existem, no Centro-Sul do país cerca de 140 cooperativas que realizam um movimento de vendas anuais superior a CR\$ 50 milhões de cruzeiros. Destas, apenas uma está localizada no Norte, em Belém do Pará operando no ramo de abate de gado, industrialização e comercialização da carne verde. Por essa citação, vê-se que o cooperativismo, entre nós, tem uma expressão bem mais modesta, seja por nossa debilidade econômica, seja porque, no Nordeste, o espírito associativo é bastante fraco. Entretanto, não se pode obscurecer que, pouco a pouco, o cooperativismo está ganhando pontos na luta contra o individualismo<sup>8</sup>.

O jornal Tribuna do Ceará estava ligado aos interesses empresariais cearenses. Possuía, entre seus principais jornalistas, Pedro Mallmann, católico conservador, que escrevia a coluna Dom Camilo e ali representava seu caráter moralista e capitalista<sup>9</sup>. Em sua análise, o Nordeste não representava uma região de destaque no cooperativismo devido as difíceis condições econômicas e à fragilidade do espírito associativo: o maior entrave no desenvolvimento do setor. O espírito cooperativista precisava ser despertado e ensinado no Nordeste. O setor agrícola sofreria maior impacto, ampliando a ideia de que o agricultor de subsistência teria que pensar em termos de mercado, organizando-se como uma empresa tanto na produção como na comercialização<sup>10</sup>. Na região Sul, a propensão em expandir o cooperativismo foi maior em função da imigração de europeus conhecedores desse sistema organizativo e que tomaram parte de inúmeras cooperativas ainda no século XIX<sup>11</sup>.

8 Tribuna do Ceará, Ano XIX, Fortaleza, 5ª feira, 15 de setembro de 1977, Nº 12.139, 24 páginas, p. 3.

9 PONTES, F.A. Do C.E.U. ao Inferno: O movimento estudantil universitário no Ceará. 2014, p. 87.

10 MARTINS, M. D. Açúcar no sertão: a ofensiva capitalista no Nordeste do Brasil. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008, p. 45.

11 BURSZTYN, op.cit. p. 77.

# HISTÓRIA E CULTURAS

DOSSIÊ HISTÓRIA POLÍTICA E PODER LOCAL

No caso do Município de Aurora, como a cooperativa não foi uma iniciativa dos homens do campo, a educação cooperativista foi realizada após a instalação da cooperativa. Através de reuniões com os associados o sistema foi sendo apresentado, como na assembleia de abril de 1973, que reuniu além de sócios e dirigentes da organização, lideranças da Cooperativa do Cedro, de Itapajé e de Fortaleza. Na ocasião, o prefeito, que também era associado, Francisco Bezerra dos Santos, coordenou a composição da mesa e passou a palavra aos convidados:

Neste momento a palavra foi facultada. Aproveitando o membro do Conselho Fiscal Pe. Francisco França usou da palavra incentivando aos agricultores afim de serrarem fileiras mais forte e capazes de vencer os obstáculos que surgirem. Em ato seguinte falou o presidente da Cooperativa Agrícola e Industrial de Cedro, Dr. Antônio Bitu dos Santos, que deu-nos suas palavras de incentivo, mostrando mais uma vez ao homem do campo, o que é o cooperativismo. E disse-lhes ainda que o retorno da Coaurora foi muito melhor que o da Cocedro no primeiro ano de funcionamento. Alegrou os associados presentes com a esperança de que este ano a Coaurora dará muito mais retorno aos seus sócios. [...] Ainda usou da palavra o presidente da reunião, estimulando os agricultores a aderirem ao cooperativismo<sup>12</sup>.

A Igreja Católica também contribuiu para esse estímulo através do padre Francisco França, pároco da cidade, que teve forte influência nos primeiros anos do cooperativismo. Usava de seus sermões durante as celebrações paroquiais para instigar a produção agrícola e estimular o espírito de associativismo. Era de seu interesse esse projeto de modernização visto que esteve presente desde as primeiras reuniões de formação e participou como sócio e membro do corpo dirigente, disponibilizando, inclusive, o Colégio Paroquia, l no qual era diretor, como local para as primeiras reuniões. Nas assembleias, seu posicionamento era sempre voltado para motivar os produtores a ampliarem suas plantações e se unirem ao projeto.

O incentivo e a motivação por parte dos líderes cooperativistas produziu efeito na aceitação do projeto, sendo capaz de construir uma exaltação muito expressiva nas memórias acerca dessa época. Na narrativa de Luiz Francisco<sup>13</sup>, a formação da cooperativa representou a chegada de um novo tipo de negociação do algodão que beneficiava o homem do campo que nela se inserisse:

[...] quando chegou a cooperativa foi uns tempos bom, a gente depositava a produção da gente, depositava a produção recebia dinheiro, quando era no final do ano que a cooperativa apurava ainda tinha o retorno, cada um recebia aquela quantidadezinha do retorno, quantidadezinha não, quantidade boa que era o que tinha apurado. As outras usinas o que tinha vendido tava

12 Ata de Assembleia da Cooperativa Agrícola Mista de Aurora Ltda. 15 de abril de 1973, pp. 23-24.

13 Luiz Francisco de Luna, 75 anos, reside no sítio Boa Vista, aposentado, entrevista realizada em 29 de abril de 2017, p. 1, acervo da autora.

# HISTÓRIA E CULTURAS

DOSSIÊ HISTÓRIA POLÍTICA E PODER LOCAL

vendido, não tinha mais retorno de nada. Mas a cooperativa quando investia, ela comprava, entregava, aí pronto, no fim era dividido pra cada um dos sócios o que era apurado de lucro, tirava o que gastou com a cooperativa e o outro era pros sócios .

Luiz Francisco evoca uma memória que teve lugar no grupo do qual fez parte <sup>14</sup>. Como sócio da instituição, parte de um ponto de vista em que a negociação do algodão, sua venda e a divisão das sobras, chamado de retorno, são enaltecidos e em defesa dessa lembrança as negociações com as usinas de beneficiamento de algodão aparecem como desfavoráveis aos produtores. Segundo ele, a venda em comum realizada pela cooperativa era mais segura para seus sócios que a venda individual.

A proposta da instituição era o recebimento de toda a produção dos associados para ser comercializada em comum, mas seguindo os preços do mercado. Ao final de cada ano e com os encargos tributários cobrados, o saldo financeiro das operações seria repartido entre os associados<sup>15</sup>. Para Luiz Francisco, essa negociação seria o principal motivo da chegada de “um tempo bom”.

As lembranças de engrandecimento podem ser apreendidas também na narrativa de Antônio Rodrigues<sup>16</sup>, não eram apenas melhores condições para negociar o algodão. A instituição levou aos aurorenses uma “ajuda”. Assim ele afirma ao ser questionado se seu pai e seus familiares também fizeram parte: “Meu pai? associou-se, nós era tudo da Cooperativa [...] Quando ela chegou ficou bom né, melhorou muito porque teve ajuda”. A “ajuda” era os financiamentos aos associados:

Era, era melhoramento e custeio, o custeio era pro trabalho, quando você tirava um punhado aí o custeio você já pagava, vendesse o algodão lá já pagava né [...] Dava o dinheiro pra gente trabalhar né. Aí quando a gente tirava um punhado aí eles descontavam. Aí tinha uns melhoramento , os melhoramento era a pessoa quando pegava um era 5 ano, 6 ano pra pagar, 7, 8, depende do que você tirava lá. Eu mesmo peguei um melhoramento lá .

Custeio e melhoramento eram financiamentos repassados para a aquisição de produtos e equipamentos para uso na plantação e pecuária. O nascimento da cooperativa possibilitou o acesso a esse crédito rural a um maior número de proprietários, incluindo médios e pequenos. Para Antônio Rodrigues essa ajuda foi o motivo determinante para ele e sua família tornarem-se sócios.

14 HALBWACHS, M., LA MÉMOIRE COLLECTIVE (2º Ed.) Paris: Presses Universitaires de France, 1968.p.36.

15 BURSZTYN, op.cit, p. 82

16 Antônio Pinheiro Rodrigues, agricultor, 78 anos, nasceu na zona rural de Aurora e permanece na mesma localidade até os dias de hoje. Aposentado, continua trabalhando nas atividades agropecuárias para complementar a renda familiar. Tornou-se sócio da cooperativa nos primeiros anos de funcionamento e permaneceu até as últimas movimentações dos anos de 1990. Entrevista realizada dia 18 de abril de 2018, p. 6, arquivo da autora.

Quando as reuniões do projeto cooperativista tiveram início, a direção da instituição empenhou-se em explicar a importância de se associar. Francisco Bezerra dos Santos, líder político local, discursou aos associados: “para que os agricultores possam receber a citada ajuda é necessário que se organizem, fortaleçam suas Cooperativas, pois só assim poderão os recursos do governo chegar até ao campo”. A propagação da ideia de crédito rural como “ajuda” partiu da própria instituição, como uma maneira de influenciar a procura pelo sistema.

A Cooperativa Agrícola Mista de Aurora Ltda (CAMAL) teve início em 1969, nos anos de 1970 e 1971<sup>17</sup>, entretanto, as movimentações dos associados foram pouco significativas e o associativismo parecia não haver se inserido. E apenas em 1972 o projeto ascendeu e ganhou novo impulso quando se filiou à Cooperativa Central dos Produtores de Algodão do Ceará (COCENTRAL)<sup>18</sup>. Essa integração foi de grande relevância porque a COCENTRAL centralizava a comercialização do algodão do Ceará, além de promover a orientação técnica administrativa e o fornecimento de material agropecuário, inclusive de sementes selecionadas.

A filiação à COCENTRAL favoreceu a consolidação do projeto cooperativista em Aurora, promoveu a visita de técnicos e a aproximação com outras cooperativas mais estabilizadas. Na assembleia de 15 de abril de 1973, os presidentes de duas cooperativas, de Cedro e de Itapajé, apresentaram relatos de experiências positivas. Talvez a compreensão do projeto não tenha sido o motivo preponderante da filiação. No próprio documento que contém o registro desse momento é anunciado que houve animação dos associados quando o Presidente da Cocedro, Antônio Bitu, relatou sobre a possibilidade de receberem sobras<sup>19</sup> da negociação final.

Essa animação revela que por mais que se tenha empreendido a ação de educar o associado no sistema, o aumento de filiados deu-se pela possibilidade de receber o saldo financeiro da instituição, que seria parte da lucratividade do beneficiamento de algodão. Algo inexistente quando se negociava com os compradores individuais. Nas entrevistas orais, a motivação determinante variava entre o acesso ao financiamento rural e o saldo.

O fato é que após esse apoio a CAMAL teve um aumento significativo no seu quadro de associados. Até julho de 1972 a instituição contava com 220 sócios, mas em julho do ano seguinte os seus documentos já registravam 719. Esse crescimento considerável e repentino colocou um número maior em contato com a legislação que a regia.

17 Nas folhas cadastrais dos associados foram registrados movimentos no ano de 1969, entretanto na maioria dos cadastros não constam movimentos de venda e compra de algodão em 1970 e 1971.

18 Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Cooperativa Agrícola Mista de Aurora Ltda., 27 de agosto de 1972, p. 16.

19 As sobras líquidas, após serem retiradas as despesas de transporte, armazenamento, encargos e tributos, eram divididas entre seus associados. A possibilidade dessa divisão motivava os produtores a aderirem ao cooperativismo. Tratamos dessa motivação no tópico 1.3.

## A PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NA COOPERATIVA

Após a formação da CAMAL um conjunto de regras de funcionamento foi organizado pelos dirigentes com a supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O Estatuto foi dividido em capítulos e artigos, determinando os objetivos da instituição, os critérios para admissão, os direitos e deveres, as responsabilidades dos associados, administradores e as questões tributárias.

Entretanto, os associados, em sua maioria, conheceram apenas partes dessa legislação à medida que com ela necessitavam negociar. Como um projeto que partia de uma elite local e contava com a ingerência do Estado e sua política de modernização, a inserção no cooperativismo se fazia de cima para baixo.

A primeira norma a ser conhecida era a condição da inscrição, franqueada para os que se dedicassem em atividade agropecuária em imóvel de sua propriedade ou ocupado por processo legítimo<sup>20</sup>. Poderia fazer parte proprietários de terras (latifundiários ou minifundiários) ou mesmo moradores-parceiros, desde que produzissem algodão. Seu caráter capitalista não combatia a desigualdade na região, ao contrário, tendia a manter a estrutura latifúndio-minifúndio<sup>21</sup>.

Na inscrição não se determinava a dedicação exclusiva a essa produção, fato que favorecia aqueles que exerciam outras profissões, mas que também eram proprietários de terras e viram no associativismo a possibilidade de aquisição de riqueza. Por isso entre os associados encontravam-se também padres, médicos, doméstica e funcionários públicos. Indicando que a organização beneficiava diretamente uma parcela da população que não era do campo e tornava evidente que a intenção era o aumento da produtividade, o crescimento agrícola sem ter que alterar a estrutura fundiária.

Após passarem pelo processo de admissão e pagarem o valor de 2% do salário mínimo, denominado de joia, eram considerados sócios e se deparavam com os seus direitos, descritos no artigo quinto do terceiro capítulo:

### CAPÍTULO III

Art. 5º - Cumprindo o disposto no artigo anterior, e pago a jóia de admissão, o associado adquire todos os direitos e assume todos os deveres e obrigações decorrentes da lei, deste Estatuto e das deliberações tomadas pela Cooperativa.

I – O associado tem direito de:

<sup>20</sup> Estatuto da Cooperativa Agrícola Mista de Aurora Ltda., 12 de março de 1979; CAPÍTULO III: ASSOCIADOS, Art. 3º, p. 04.

<sup>21</sup> (BURSZTYN, op.cit. p. 84).

# HISTÓRIA E CULTURAS

DOSSIÊ HISTÓRIA POLÍTICA E PODER LOCAL

- a) tomar parte nas Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nela se tratarem, ressalvando os casos tratados no Art. 24;
- b) Propor à Diretoria ou às Assembléias Gerais, medidas de interesse da Cooperativa;
- c) Votar e ser votado para membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal da sociedade ou outros, salvo se tiver estabelecido relação empregatícia com a Cooperativa, caso em que só readquire tais direitos após a aprovação, pela Assembléia Geral, das contas do exercício em que tenha deixado o emprego;
- d) demitir-se da sociedade, quando lhe convier;
- e) realizar com a Cooperativa as operações que constituam o seu objetivo;
- f) solicitar, por escrito, informações sobre as atividades da Cooperativa, e, a partir da data de publicação do Edital de Convocação da Assembléia Geral Ordinária, consultar, na sede da sociedade, os livros peças do Balanço, que devem estar, à disposição do associado<sup>22</sup>.

De acordo com o Estatuto estavam entre os direitos a participação nas assembleias gerais, na qual poderia discutir assuntos da pauta e propor novas discussões sobre questões de seus interesses. Era seu direito votar na escolha dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, caso não tivesse vínculo empregatício com a instituição, ou ser votado<sup>23</sup>. Tinha direito de se informar sobre as questões financeiras e prestação de contas, além de desistir do associativismo quando achasse necessário.

Apesar de todos esses direitos estarem assegurados pela legislação, não era acessível a todos igualmente. Isso pode ser observado em breve análise sobre os presidentes eleitos, conforme apresentado na Tabela 1.

**Tabela 1 – Presidentes da CAMAL de 1969 a 1979<sup>24</sup>**

Ano	Presidente/ Vice-Presidente
1969	Antônio Gonçalves Pinto/ Antônio Gonçalves Primo
1971	José Nereu Gonçalves/ Augusto Taveira de Souza
1972	Joaquim Gonçalves/ Matias Benício
1973	José Nereu Gonçalves/ Benedito Alves
1974	José Nereu Gonçalves
1975	José Nereu Gonçalves
1976	José Nereu Gonçalves/ Francisco Barbosa Soares

<sup>22</sup> Estatuto da Cooperativa Agrícola Mista de Aurora Ltda., 12 de março de 1979; CAPÍTULO III: ASSOCIADOS, Art. 3º, pp. 04-05.

<sup>23</sup> Os ocupantes de cargos sociais não podem votar, mas têm o direito de participar das discussões das assembleias. Estatuto da Cooperativa Agrícola Mista de Aurora Ltda., 12 de março de 1979; CAPÍTULO V: ÓRGÃOS SOCIAIS, Art. 24º, p. 10.

<sup>24</sup> Tabela montada com dados disponíveis em documentos da CAMAL, alguns não constavam o nome do vice-presidente.

# HISTÓRIA E CULTURAS

DOSSIÊ HISTÓRIA POLÍTICA E PODER LOCAL

1977	Francisco Barbosa Soares/ José Nereu Gonçalves
1978	Olavo Leite de Macêdo/ José Nereu Gonçalves
1979	Olavo Leite de Macêdo/ José Nereu Gonçalves

129

Percebemos que há uma repetição de presidentes e vice-presidentes, e que em sua maioria são pertencentes à família Gonçalves, grupo que dominava politicamente a cidade desde 1952<sup>25</sup>. Eram também possuidores de grandes terras e proprietários da usina de beneficiamento de algodão Santa Maria, arrendada e depois vendida à cooperativa. Durante a década de 1970, a direção e administração da CAMAL permaneceram nas mãos de um mesmo grupo, o que reitera que esse tipo de cooperativismo funcionou como uma forma de manter a força conservadora das relações sociais de produção da época.

O direito de participar do quadro administrativo e de ser votado era algo inacessível aos pequenos associados, sobretudo com o crescimento da instituição e de seu caráter cada vez mais empresarial. Com uma minoria no controle diretivo, a organização mostrou-se contrária à doutrina original de igualdade entre os associados e à participação na gestão<sup>26</sup>.

Para o pequeno proprietário restava o direito de participar das assembleias, discutir os assuntos das pautas e votar. Entretanto, essa participação também era questionável, a exemplo de experiências de cooperativas agrícolas do século XIX na Europa:

No congresso das cooperativas agrícolas de Stettin em 1896, a mesa era composta inteiramente de grandes proprietários. Dentre 44 oradores, apenas quatro pequenos proprietários usaram a palavra, para pequenas intervenções. O mesmo ocorreu no Congresso das cooperativas em Dresden, em 1897, que estava inteiramente nas mãos dos fidalgos<sup>27</sup>.

O domínio que os grandes proprietários exerciam nas organizações não se detinha apenas à participação como candidatos no grupo gestor, mas também no planejamento, discussões e decisões. Eram nas assembleias que essa autoridade tornava mais visível (Figura 1). Nessas reuniões, que eram de grande importância para o sistema, discutia-se sobre compras de usinas, de terrenos, de carros e caminhões, construção de obras, valores de financiamentos para a instituição e para o repasse aos sócios.

Figura 1 – Direção da CAMAL na Assembleia Geral – 1974

25 LIMA, F.A.S., Do círculo doméstico à vida pública: atuação de João Antônio de Macedo, o João de Zeca, na política de Aurora-CE (1970-1982). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, 2017. p. 05.

26 BURSZTYN, op.cit., p. 81.

27 KAUTSKY, 1979, p. 183 apud BURSZTYN, op.cit, p. 84).

# HISTÓRIA E CULTURAS

DOSSIÊ HISTÓRIA POLÍTICA E PODER LOCAL



Fonte: Acervo da autora.

Nas reuniões os sócios eram convocados a uma participação silenciosa. As vozes que eram ouvidas ecoavam do centro da mesa, composta pelos dirigentes e que se distinguiam dos demais também pelas vestimentas, todos de terno e gravata. Cabia aos sócios ouvir as discussões e os planos administrativos. O voto era solicitado em algumas ocasiões, entretanto, limitava-se ao sim ou não. Com olhares atentos, homens, mulheres e crianças assistiam as reuniões (Figura 2). Muitas mulheres também participavam, eram solteiras ou viúvas que produziam algodão e negociavam com a instituição.

130

Figura 2 – Associados participando da Assembleia Geral da CAMAL – 1974



Fonte: Acervo da autora.

Alguns entrevistados, ex-associados, questionados sobre as assembleias, alegaram que tinham poucas lembranças desses momentos, mas os que afirmaram lembrar, contam que as decisões eram tomadas pelos administradores. Antônio Rodrigues<sup>28</sup> assegurou:

[...] era lá com eles lá, eles faziam o que queriam com a gente, ninguém podia dizer nada, fazer nada. Agora que, quando havia uma reunião e

<sup>28</sup> Antônio Pinheiro Rodrigues, agricultor, 78 anos. Entrevista realizada dia 18 de abril de 2018, p. 6, arquivo da autora.

# HISTÓRIA E CULTURAS

DOSSIÊ HISTÓRIA POLÍTICA E PODER LOCAL

quando era pra aprovar alguma coisa aí eles não esperavam que os sócio aprovasse né, eles diziam que tava aprovado né, eles mesmo aprovavam (risos) antes do povo falar, pois era, o povo ficava tudo calado. [...] a gente ficava era calado mesmo, dizer o que? Os bichão lá: “Não, tava aprovado” (risos). Nós ficava quieto<sup>29</sup>.

A narrativa de Antônio Rodrigues torna visível que além de experiência alongada de vida, um homem mais velho possui uma liberdade maior em expor o que for indagado<sup>30</sup>. Livre das amarras que o prendiam às relações do sistema cooperativista, seu riso em tom irônico expressa consciência da não participação nas decisões da CAMAL. De maneira clara, reitera que os associados silenciavam diante do poder da direção, um silêncio de quem entendeu que sua voz não era ouvida pelos dirigentes que definiu criticamente como “os bichão”.

Os risos e a confirmação, que não apenas ele, mas os outros associados de pequena propriedade silenciavam, revelam as estratégias dos subordinados em “aceitar” a dominação dos poderosos, ou pelo menos, não contrariá-los abertamente (SCOTT, 2013, p. 113). Nesse caso, algumas dessas razões podem estar relacionadas ao acesso do crédito agrícola, do custeio de entressafra, e dos produtos agropecuários que eram entregues como adiantamento e que muito dependiam da relação com os administradores. No tempo presente, Antônio Rodrigues já não sustenta mais esses vínculos que o mantinham em silêncio ou, pelo menos, que não permitiam que contestasse publicamente. E de maneira direta e aberta expõe o autoritarismo a que eram submetidos.

Já João Leite relata que não recorda de silêncio, mas de muito barulho e contestações:

Eu me lembra das reuniões, mas não lembro do que a gente discutia né. Mas dava um (pensou)... era um bafafá danado, era uma teima da molesta. Era a diretoria lá em cima, e os associados aqui em baixo. Mas tinha associado brabo né, uma vez um velho que mora ali chamado ... é o pai de Terezinha, ele embrabeceu, já foi na cooperativa essa reunião, nesse tempo parece que ainda era aqui ou tava ajeitando lá e fizeram na cooperativa. O velho Julio ele disse um bocado de desaforo, e o diretor desceu pra pegar ele né aí tomaram a frente. Dava briga porque tem associado brabo. Dr. Maurício uma vez deu um de valente lá. Dr. Maurício era primo de Manelito, era um que ficava na casa de Manelito, um médico né. Ele tinha um terreno na Jitirana e era sócio, tinha os morador lá, um bocado de morador. Hoje esse terreno é de Didi Tavares. Ele morava em Fortaleza né, passava tempo por aqui ali na casa de Manelito, mas ele tinha uma safra grande lá na Jitirana e tinha os morador né. Quando chegava na reunião ele falava brabo danado, mas o diretor ajeitava, tinha queixo né. Com jeitinho ele explicava direito e só quem entendia era ele mesmo né. Só quem sabia era ele explicar. Que a gente pensa que trazer o algodão, vender, mas não ali tinha muita associação. Por ali, mexendo ali né, imposto, governo, homem é tanta da coisa! E como essa associação de trator, a gente pensa que é só ganhar dinheiro e guardar, não, tem que pagar imposto, tem que mandar fazer revisão no trator, é tanta da coisa que se não souber ler é melhor entregar, passa ali em s. Zequinha Pereira pra fazer não sei o

29 *Idem*, entrevista realizada dia 16 de abril de 2018, p. 3, acervo da autora.

30 JUCÁ, G.N.M., A oralidade dos velhos na polifonia urbana. 2ª ed., Fortaleza: Premium, 2011, p. 79.

# HISTÓRIA E CULTURAS

DOSSIÊ HISTÓRIA POLÍTICA E PODER LOCAL

que, ai depois vem no banco, até em Fortaleza Manel Fiuza não foi mas mandou uma pessoa ir. Essas coisas de governo é um puxa e encolhe danado<sup>31</sup>.

Nessa lembrança, o espaço das reuniões é rememorado de maneira dividida entre diretoria e associado, onde o primeiro literalmente ficava no alto. Essa imagem recordada refere-se às reuniões (figura 3) que ocorreram em um espaço da Associação Beneficente Aurorense (ABA), e posteriormente na sala de reuniões das novas instalações da CAMAL, em que em ambas foi construída uma espécie de palanque elevado onde o grupo dirigente expunha a situação administrativa aos associados.

Figura 3 – Assembleia Geral da CAMAL – 1975



Fonte: Acervo da autora.

Em sua narrativa, João Leite também nos detalha a lembrança de um pequeno associado que contrariava as decisões anunciadas pelos dirigentes e não silenciava, e a diretoria descia de onde estava e enfrentava com agressividade. Mas essa não era a mesma postura que o sócio dono de grande propriedade era tratado ao protestar. É lembrado que o sócio, como o médico Dr. Maurício, era atendido com uma boa conversa e muitas explicações administrativas a respeito dos motivos que os levaram a tais escolhas. Apesar de reconhecer que havia reivindicações dos sócios e que a classe dominante tratava de maneira desigual, o entrevistado articula uma explicação defendendo que o entendimento das questões burocráticas e administrativas não competia aos pequenos.

Entre os que narram silêncios e confusões, entretanto, há quem preferia nada ouvir, é que o relata Francisco Torquato:

As vez eu ia, mas não escutava aquilo não, entrava no ouvido e saía no outro. Num acreditava nas promessas não, eles só faziam dizer que iam arrumar, trazer isso, assim e assim. Mas só faziam dizer num traziam não. Era o retorno que eles prometia, mais barato, uma história de mais barato, se vinha uma coisa era mais caro viu, um veneno era descontado na conta que

<sup>31</sup> João Leite Landim, agricultor aposentado, 74 anos, residente no bairro Araújo, no município de Aurora, Ceará. Entrevista realizada dia 18 de abril de 2018, p. 7, arquivo da autora.

# HISTÓRIA E CULTURAS

DOSSIÊ HISTÓRIA POLÍTICA E PODER LOCAL

o camarada fazia a conta e a nota tava lá, é tanto, você deve tanto, ai eles faziam aquela conta e dava o saldo do agricultor<sup>32</sup>.

A crítica feita ao poder da CAMAL revela que na relação entre poderosos e subordinados, esses primeiros “têm um interesse crucial em manter as aparências mais adequadas à sua forma de dominação. Os subordinados, por sua vez, têm normalmente boas razões para ajudar a sustentar essas aparências ou, pelo menos, a não as contrariar abertamente”<sup>33</sup>. O relato de Francisco Torquato, de que não dispensava atenção às promessas do grupo dominante, que não os ouvia, mostra a dissimulação praticada diante das assembleias, que nem sempre os silêncios expressavam passividade. Embora João Leite defenda que ele e seus colegas não possuíam habilidade para compreender as negociações da instituição, Francisco Torquato defende não apenas o descrédito das promessas como assegura a compreensão de que estava sujeito à exploração durante as negociações, tendo em vista que o controle das compras, dos empréstimos e dos pagamentos estava nas mãos dos organizadores. Embora na cláusula *f* do artigo 5º tenha descrito como direito do associado solicitar informações sobre as atividades da Cooperativa.

Dentre os entrevistados poucos se recordam das assembleias e das discussões levantadas. Mais forte em suas lembranças ficou a lida com a terra e o plantio de algodão. Pequenos e médios proprietários costumavam produzir algodão conjuntamente com familiares, com trabalhadores arrendatários, com trabalhadores diaristas, e tiveram suas experiências cotidianas marcadas pelo trabalho agrícola<sup>34</sup>. Muitos costumam narrar uma imagem que estão interessados em projetar, em reunir conjuntos de sentidos, de relacionamentos e de temas no transcorrer de sua vida<sup>35</sup>. O que talvez tenha feito mais sentido para eles a lida no campo do que as reuniões da cooperativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cooperativismo era apresentado como o caminho para o progresso em Aurora e o algodão seria o produto viabilizador do processo de modernização que levaria “ajuda” ao homem do campo. Essa ideia foi a justificativa usada pela liderança local e pelo Estado para induzir o associativismo.

32 Francisco Torquato Leite, agricultor aposentado, residente na vila Paulo Gonçalves, no município de Aurora, Ceará. Entrevista realizada dia 17 de abril de 2018, p. 8, acervo da autora.

33 SCOTT, J.C., *A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos Ocultos*. Tradução: Pedro Serras Pereira; Lisboa: Letra Livre, 2013, p. 113.

34 As entrevistas realizadas tiveram como pretensão perceber o olhar do pequeno produtor diante das relações com o quadro administrativo da instituição, por isso não foi realizada entrevista com a classe dirigente.

35 PORTELLI, A., “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, D. R.; CRUZ, H.F.; MACIEL, L.A.; ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y.A. (Orgs.).

Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 300)

A ajuda anunciada inicialmente chegava na forma de crédito rural para os aurorenses que se tornassem sócios, fossem eles pequenos, médios ou grandes proprietários. Apesar de beneficiar, sobretudo, aos grandes produtores, que não corriam grandes riscos de perder seus bens e suas terras nas negociações, o crédito ainda foi um dos motivos mais relevantes que levou à participação na organização, além da possibilidade de divisão do saldo final.

Entretanto, fazer parte desse sistema significou, para todos os que se tornaram sócios, incorporar-se na experiência das burocracias, das normas cooperativistas e das reuniões. O que não significou que houve igual participação dos diferentes sócios.

A memória identitária em torno do associado da CAMAL em Aurora foi forjada pela instituição desde sua formação, quando os líderes, incluindo religiosos, discursavam sobre a ideia de união do homem do campo e engajamento no cooperativismo. Entretanto através das experiências lembradas e narradas por cada entrevistado foi possível perceber as contradições existentes nessa sociedade.

A memória é estruturada de acordo com as ideias ou mesmo experiências partilhadas com os outros, mas sua subjetividade é expressa nas experiências observadas, no vivido que teve significado e que, por sua vez, revela seu aspecto social<sup>36</sup>. Os diferentes relatos confirmaram que o pequeno associado não possuía poder de decisão diante da liderança institucional e que as regras estabelecidas pelo Estatuto da CAMAL subordinavam-se a estrutura tradicional do sertão, na qual a elite comandava.

---

36 JUCÁ, op.cit., p. 36.